

**DECISÃO RECURSAL, DE 3 a 10 DE OUTUBRO DE 2025.**

**1.**

**Recurso ao DREI nº 14022.082943/2024-84**

Processo: 151.00010827/2024-56 / JUCESP (REDREI 995099/24-8 - PRORESP nº 996112/248)

Recorrente: Pérsio Thomaz Ferreira Rosa

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

**I. Leiloeiro Público Oficial. Denúncia em decorrência da ausência de complementação da caução funcional.**

**II. Perda de condição para o exercício da profissão. Passível de regularização no curso do processo.**

**III. É cabível a pena de suspensão quando o leiloeiro deixar de cumprir com a complementação da caução funcional. Art. 93, inciso I, IN DREI nº 52/2022. Modulação da pena.**

**IV. Cumprimento intempestivo da obrigação. Atenuante.**

**V. Recurso conhecido e provido.**

(...) **DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, para reformar a decisão plenária da JUCESP que aplicou a penalidade de destituição ao leiloeiro Pérsio Thomaz Ferreira Rosa, por se revelar desproporcional diante da regularização superveniente da caução, reconhecendo, contudo, a infração consumada pela intempestiva complementação da garantia, cuja sanção em tese seria de suspensão (art. 93, I, da IN DREI nº 52/2022), a qual resta prejudicada pelo decurso do tempo, convertendo-se a penalidade em **advertência**, a ser registrada nos assentamentos funcionais do recorrente, com anotação expressa de que a irregularidade foi posteriormente sanada, determinando à JUCESP a imediata correção de sua ficha funcional, com a exclusão da anotação de destituição e lançamento da advertência, bem como o restabelecimento de sua matrícula, assegurando-lhe o pleno exercício da profissão.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

**2.**

**Recurso ao DREI nº 14021.069580/2025-82**

Processo JUCERJA nº 220005/000183/2024

**Recorrente:** Julyana Rebello Felicia Monteiro

**Recorrido:** Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA

**I – Recurso ao DREI. Arquivamento de alteração contratual e ata de reunião de sócios. Alegação de nulidade por ausência de convocação regular e suposta falsificação de Aviso de Recebimento.**

**II – Competência administrativa da Junta Comercial e do DREI restrita ao exame de legalidade e regularidade formal dos documentos apresentados. Discussão sobre autenticidade do AR e eventual falsificação a ser apreciada em sede judicial, mediante instrução probatória adequada.**

**III – Convocação encaminhada ao endereço constante do contrato social, com comprovação de entrega pelos Correios a terceiro vinculado ao local. Aplicação analógica do art. 248,**

**§4º, do CPC. Observância do princípio da boa-fé objetiva do administrado.**

**IV – Ausência de vício formal. Regularidade dos documentos apresentados. Recurso desprovido.**

(...) CONHEÇO e NÃO DOU PROVIMENTO ao presente Recurso ao DREI nº 14021.069580/2025-82.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

**3.**

**Recurso ao DREI nº 14021.083019/2025-14**

Processo JUCESP nº: 151.00015467/2025-60/ REDREI 995064/25-8  
(35300011856/35265926466)

**Recorrente: HM HOTÉIS E TURISMO S/A.**

**Recorrido: MHM HOTEL LTDA.**

**Nome Empresarial. Não Colidência.**

**Análise de nome empresarial por inteiro.**

**Não Conformidade com a Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025 Recurso conhecido e não provido.**

(...) **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso ao DREI nº14021.083019/2025-14, para que seja mantido o arquivamento dos atos constitutivos da sociedade **MHM HOTEL LTDA.**, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, uma vez que não foi constatada a existência da alegada colidência entre nomes empresariais, nos termos do art. 17, da Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025..

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

**4.**

**Recurso ao DREI nº: 14021.077427/2025-29**

Processo JUCESP nº: 151.00014250/2025-32 REDREI nº 995305/25-0

**Recorrente: LEVEL UP! INTERACTIVE LTDA.**

**Recorrido: LEVELUP CAPITAL JOGOS ELETRONICOS LTDA.**

**Nome Empresarial.Semelhança. Colidência.**

**Conformidade com a Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025**

**Recurso conhecido e provido.**

(...) **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso ao DREI nº 14021.077427/2025-29, para determinar à Junta Comercial do Estado de São Paulo que proceda conforme o disposto nos arts. 25, da Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1/2025 e 62, §§5º e 6º, do Decreto nº 1.800/1996, observando, todavia, a tutela judicial vigente, que impede o uso da expressão **“LEVELUP”** pela sociedade.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

5.

Recurso ao DREI nº 14021.060257/2025-43

Processo JUCERJA nº 151.00004371/2024-95

**Recorrente:** Monique Aparecida de Carvalho

**Recorrido:** Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

**I. Denúncia contra leiloeira por não complementar caução funcional, violando normas aplicáveis.**

**II. Defesa alegando exoneração voluntária da matrícula antes da denúncia e pedido de arquivamento do processo.**

**III. Princípios da aparência e da boa-fé aplicados, considerando a exoneração como regularização da situação.**

**IV. Princípio do *in dubio pro reo*: exoneração anterior à denúncia afasta a penalidade proposta.**

**V. Recurso CONHECIDO e PROVIDO.**

(...) CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao presente Recurso ao DREI nº 14021.060257/2025-43.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).